

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2024.r5a02>

Recebido em: 28/01/2024

Aceito em: 27/02/2024

**A LUDOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O BRINCAR COMO
POSSIBILIDADE DE ENSINAR E DE INCLUIR ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS**

**LUDOPEDAGOGY IN SPECIAL EDUCATION: PLAYING AS A POSSIBILITY OF
TEACHING AND INCLUDING STUDENTS WITH DISABILITIES**

Caroline da Silva Neves Tarcha

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-2477-0913>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6725973406279803>

Mestranda em Educação

Programa de Pós-graduação em Educação da Logos University International - UNILOGOS

Secretaria de Educação da Estância Balneário de Praia Grande, Brasil

E-mail: cneves@educacaopg.sp.gov.br

Claudia Portela Conceição Carmo

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5059-8426>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3956585738760460>

Mestranda em Educação

Programa de Pós-graduação em Educação da Logos University International - UNILOGOS

Secretaria de Educação da Estância Balneário de Praia Grande, Brasil

E-mail: claudiaportelac@hotmail.com

José Flávio da Paz

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6600-9548>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5717227670514288>

Professor Associado e Pós-Doutorando em Educação (PRO BONO)

Programa de Pós-graduação em Educação da Logos University International - UNILOGOS

Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Brasil

E-mail: jfp1971@gmail.com

RESUMO

Este artigo visa refletir sobre a importância de práticas lúdicas no contexto educacional, principalmente para alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, procurando convergir com uma aprendizagem significativa contextualizada com as propostas em sala de aula e extraclasse. O lúdico adaptado para o ensino e a aprendizagem desses alunos representa uma das facetas mais importantes que integra a infância das crianças e assim permeiam toda trajetória do ser humano, pois envolve e instiga ao jogar, ao ato criador e ao brincar, proporcionando, paralelamente, o desenvolvimento

cognitivo, afetivo e socioemocional como um instrumento que contribui, positivamente, na aquisição de diversas habilidades e competências do sujeito, sendo capaz de promover o aprendizado das crianças de maneira prazerosa, funcional e significativa. Esta pesquisa visa colaborar na reflexão de professores para que possam, de forma autocrítica sobre suas práticas pedagógicas, motiva-se e ampliando seu leque de saberes e de conhecimentos. A metodologia utilizada baseou-se em uma revisão bibliográfica cujo objetivo é analisar a visão de diversos autores sobre o tema proposto e contou com posicionamento de pensadores, como: De Souza Massa (2017), Gusso & Schuartz (2005), Rau (2020), Rogalski (2010), Silva (2010), além de consultas aos PCNs, aos RCNs, às políticas de inclusão das PcDs e outros documentos direcionadores de iniciativas docentes mais antenadas com o cenário atual da educação contemporânea e suas necessidades urgentes. De modo que possamos contribuir com as boas-práticas e a inclusão das diferenças nos espaços escolares de natureza pública e as mantidas pelas iniciativas privadas no Brasil.

Palavras-chave: Ludicidade; formação docente; inclusão das diferenças; educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the importance of playful practices in the educational context, for students with disabilities, developmental disorders and high abilities/giftedness, seeking to converge with meaningful learning contextualized with the proposals in the classroom and outside the classroom. Playfulness adapted for the teaching and learning of these students represents one of the most important facets that integrates children's childhood and thus permeates the entire trajectory of the human being, as it involves and instigates play, the creative act and play, providing, in parallel, cognitive, affective and socio-emotional development as an instrument that contributes positively to the acquisition of diverse skills and competencies of the subject, being capable of promoting children's learning in a pleasurable, functional and meaningful way. This research aims to collaborate in the reflection of teachers so that they can, in a self-critical way about their pedagogical practices, motivate themselves and expand their range of knowledge. The methodology used was based on a bibliographical review whose objective is to analyze the vision of different authors on the proposed topic and included the positioning of thinkers, such as: De Souza Massa (2017), Gusso & Schuartz (2005), Rau (2020), Rogalski (2010), Silva (2010), in addition to consultations with PCNs, RCNs, inclusion policies for PcDs and other documents guiding teaching initiatives that are more in tune with the current scenario of contemporary education and its urgent needs. So that we can contribute to good practices and the inclusion of differences in school spaces of a public nature and those maintained by private initiatives in Brazil.

Keywords: Playfulness; teacher; inclusion; inclusive education.

1 INTRODUÇÃO

Observando o cenário da educação especial no Brasil, percebe-se que é denominada como educação de pessoas com deficiências aqueles com impedimento de longo prazo, seja em questões motoras, mentais, físicas, auditivas, visuais ou distúrbios invasivos do desenvolvimento, e ainda, as pessoas com altas habilidades/superdotação, ou seja, aquelas que apresentam habilidades acima da média em uma ou várias áreas do conhecimento humano, classificadas como intelectuais, artísticas, criativas ou cognitivas.

Para tanto, a educação dessas pessoas é amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, onde afirma que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Não bastando, há uma série de documentação vigente, oriundas de acordos internacionais na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, entre essas merece destaque, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O texto da convenção foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006 e promulgado pelo Brasil em 25 de agosto de 2009, através do Decreto n. 6 949 (Brasil, Casa Civil, 2009, sem paginação).

Nela se reafirmados os princípios universais da garantia a dignidade, a integralidade, a igualdade e a não discriminação e a a redução dos preconceitos frente às diferenças e às diversidades dos feitos humanos nos mais variados âmbitos, inclusive da ordem do gênero e sexualidade, crenças, etnias e outras em que se sustenta e são definidas as obrigações gerais dos Governos relativas à integração das várias dimensões da deficiência nas suas políticas.

Esse mesmo documento, define obrigações específicas relativas à sensibilização da sociedade para a deficiência, ao combate aos estereótipos e à valorização das pessoas com deficiência e suas peculiaridades.

Rogalski (2010) diz que a educação é responsável pela socialização e inclusão dessas pessoas, possibilitando a convivência na sociedade, viabilizando a integração do indivíduo com o meio, indistintamente da sua condição de pessoa com deficiência, seja física, sensorial, intelectual, psíquica, visceral ou múltipla.

Nesse sentido, a Declaração de Salamanca (1994) reforça essa nuance ao discorrer que a inclusão é um processo educacional no intuito de possibilitar, todo alunado, público-alvo da educação especial: deficientes, com Transtornos do neurodesenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, recebendo apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular.

Diante disso, Rogalski (2010) levanta a necessidade dos profissionais da educação, acreditar nas possibilidades de avanços acadêmicos, se tornando solidários e acolhedores diante das diferenças.

Pontua também que, a necessidade da política educacional, ser construída segundo o princípio da igualdade de todos, perante a lei que abrange todas as classes sociais, certificando-se que o aluno tenha avanços e benefícios no ambiente escolar formal e fora dela, a saber: o pleno desenvolvimento social e emocional por meio de acompanhamento de equipes multifuncionais; uma aprendizagem com pares no interior da sala de aula, considerando o que determina a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 07 de janeiro de 2008, cuja abordagem sugere a integração do aluno com deficiência em escolas regulares, respeitando suas particularidades e diversidade, promovendo e as inter-relações entre pessoas típicas e atípicas, ou seja com ou sem deficiência e/limitações temporárias ou permanentes (Brasil, MEC, 2007, sem paginação).

Nesse sentido, acrescente-se a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, denominada também de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou ainda, como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual é constituída por conjunto de normas destinadas a assegurar e a promover, em igualdade de condições, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e a cidadania (Brasil, CC, 2015, sem paginação).

Ainda, no cenário dos avanços podemos identificar um aumento no desenvolvimento cognitivo e acadêmico, isso graças a flexibilização e adaptação do currículo escolar e das estratégias e recursos utilizados no ensino e no atendimento educacional especializado às necessidades individuais dos alunos com deficiência, de maneira que se promova um trabalho propício ao desenvolvimento cognitivo e acadêmico, bem como, a redução dos estereótipos capacitistas, dos estigma, do vitimismo, do preconceito, da discriminação, voltando-se para

uma aprendizagem significativa e preparo para uma vida mais autônoma e de realizações pessoais e profissional.

Afinal, no Brasil, cerca de 18,9 milhões de pessoas, o que representa 8,9% da população, possuem algum tipo de deficiência. A região Nordeste apresenta a maior prevalência de pessoas com deficiência, com 10,3%, enquanto o Sudeste tem a menor prevalência, com 8,2%. Esses dados foram revelados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022. A pesquisa considerou um modelo funcional de deficiência, focando nas dificuldades enfrentadas pelas pessoas para realizar atividades cotidianas. As dificuldades mais comuns incluem andar ou subir degraus, enxergar mesmo com óculos ou lentes de contato, aprender, lembrar-se das coisas, se concentrar, entre outras (Brasil, MDHC, 2023, sem paginação).

Infelizmente, a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda é baixa, com apenas 29,2% delas atuando profissionalmente, em comparação com 66,4% da população em geral. No entanto, a taxa de participação no mercado informal ou precário é maior entre as pessoas com deficiência, chegando a 38,7% (Brasil, MDHC, 2023, sem paginação).

Diante do exposto, é fundamental que a sociedade brasileira continue trabalhando para promover a inclusão e garantir que todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades e acesso aos seus direitos. Igualmente, é de extrema importância que reconheçamos que, embora determinadas deficiências, como a intelectual e a auditiva possam apresentar desafios, avanços escolares são possíveis. Indistintamente, a didática aplicada ao ensino do aluno com deficiência ou limitação linguística deve ser peculiar as necessidades do indivíduo, considerando tanto as particularidades da deficiência quanto a individualidade da pessoa que a possui.

É salutar ainda destacar que, de acordo com a resolução do Conselho Nacional de Educação-CNE nº 2, de 11 de setembro de 2001, artigo 2º, toda instituição de ensino deve matricular qualquer aluno, cabendo a elas se organizar e assim, oferecer uma educação de qualidade para todos, inclusive alunos com necessidades educacionais especiais, pois, não podemos esquecer que durante muitas décadas, existiram (e ainda existem) inúmeras barreiras a serem transpostas na educação especial na inclusiva e, por muito tempo tivemos a premissa de atendimento voltado à integração do deficiente no contexto escolar e não a inclusão como se deseja na atualidade.

Logo, faz-se necessário, refletirmos cotidianamente a importância de proporcionar equidade de oportunidade no aprendizado, diante das habilidades e competências de cada aluno, não esquecendo que cada sujeito é único e como tal, também se constitui o aluno, não aprendendo do mesmo modo e ao mesmo tempo, igualmente. Isso por si já faria de nós sujeitos especiais.

Desse modo, uma possibilidade de nos encontrarmos e expormos nossas singularidades seria por meio da ludicidade, ou seja, da ludopedagogia. De certo teríamos um aprendizado mais prazeroso e significativo, principalmente nos anos iniciais da infância, promovida em casa e na escola por meio da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, através de atividades lúdicas por meio de jogos e brincadeiras, aguçando a criatividade e o imaginário através de suas representações simbólicas.

A ludopedagogia é um segmento da pedagogia dedicado a estudar a influência do elemento lúdico na educação. Não se trata apenas da inserção da brincadeira pura e simples. Ela é uma ferramenta para propósitos pedagógicos dentro das diretrizes educacionais vigentes.

Por meio de recursos lúdicos, como jogos, games, teatro, música e cinema, a criança desenvolve a capacidade de formar conceitos, selecionar ideias, estabelecer relações e integrar percepções. A ludicidade serve a um propósito de construção de valores sociais e afetivos, além de desenvolver os campos intelectual e motor (Kumon Brasil, 2022, sem paginação).

Outrossim, é a constância da exigência de práticas ludopedagógicas no ensino brasileiro em documentos direcionadores recentes da nossa educação, em especial nos níveis de ensino supracitados, sendo a mais destacada, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância do lúdico ao afirmar que a Educação Infantil deve promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar o seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. O uso dessa abordagem é evidente, por exemplo, na alfabetização, onde o brincar e o desenhar atuam como uma preparação para o desenvolvimento da linguagem escrita.

Dessa forma, a ludopedagogia reconhece o valor do brincar como uma ferramenta poderosa para motivar o prazer em aprender e desenvolver ao máximo o potencial de cada criança e, nesse cenário, o papel do professor é de suma importância para observar, através dos *feedbacks* fornecidos pela observação diária e relatos dos responsáveis e demais profissionais

envolvidos, se as estratégias aplicadas estão atingindo seus objetivos e assim, rever e adaptar quando necessário.

Reforçando as premissas conceituais acerca da ludicidade, deve-se reconhecê-la como uma aliada no processo de ensino e aprendizagem, pois oportuniza o educando a representar suas emoções e sensações com a interação entre os pares, onde Vygotsky (1998) diz que:

Ocorre uma relação recíproca, na qual, a criança desenvolve-se em um contexto de interação social, quando as informações ou experiências são internalizadas; assim reestrutura as ações sobre os objetos, reorganizando o plano interno e resultando em transformações mentais (Vygotsky, 1998 p. 20).

Entretanto, cabe ressaltar que é desafiador tanto para o professor, quanto para o aluno que a educação especial e inclusiva aconteça, uma vez que é necessário considerar, a acessibilidade arquitetônica dos espaços físicos, bem como, os recursos didático-pedagógicos e outros necessários a efetiva garantia da equidade disponíveis na escola, e ainda, as potencialidades para serem exploradas diante da necessidade de cada aluno e planejamento adequado para que sejam aplicadas as estratégias cabíveis, pois todos têm o direito e devem aprender.

Segundo Silva (2010): “um bom relacionamento entre família e professores amplia as possibilidades e cria novas formas de atividade e afetividade”. E a tríade escola-família-aluno é essencial para que o processo de ensino e aprendizagem seja favorável, oportunizando uma troca de experiências entre ambos.

Portanto, não restam dúvidas que essa parceria entre família e escola referência ao aluno, apoio, segurança e motivação para aprender e superar desafios.

2 O LÚDICO NO TRABALHO PEDAGÓGICO ESCOLAR: JOGOS E BRINCADEIRAS

Partindo do pressuposto de que a palavra ludicidade é usada na educação para se referir a jogos e brincadeiras, remete à indagação de ser inexistente no dicionário da língua portuguesa, tendo sua origem no latim, denominado “*ludus*” que significa jogo, exercício ou imitação.

Nesta perspectiva, o lúdico é um estado de ânimo, emergente das atividades praticadas com plenitude, possibilitando o sujeito a experiências de igualdade entre tudo que existe, estimulando a aprendizagem, estratégias mentais e interação com o outro, segundo Souza Massa (2017).

Igualmente, Huizinga (1993) e Chateau (1987) garantem a importância e a necessidade dos jogos e das brincadeiras na sala de aula, isto porque promovem as regras rígidas que a sociedade imporá as crianças quando adultas. Nesse sentido, essa prática como recuso de ensino não é mero atrativo ou diversão, mas algo educativo e, certamente, disciplinador. Concernente ao aluno com deficiência, não seria diferente.

Brincar é uma atividade prática na qual a criança constrói e transforma seu mundo, renegocia e redefine a realidade, faz sua reconstrução. Enquanto brinca tem a capacidade de criar laços com o meio que a cerca, com as pessoas com quem convive e interage e com todo o universo ao seu redor (Nogaro; Fink; Piton, 2015, p. 281).

Logo, é salutar se utilizar do lúdico como uma ferramenta para alavancar o desenvolvimento cognitivo de maneira atrativa e prazerosa, se faz necessário ofertar recursos variados e conforme a necessidade do aluno, para desenvolver suas habilidades e competências na modalidade extraclasse juntamente com os responsáveis.

Neste panorama, é preciso refletir a ludicidade em duas vertentes: no ensino e no desenvolvimento cognitivo e social. No ensino, é importante destacar que nem todo jogo é lúdico, pois para ter essa característica, não deve haver pressão para sua realização e sim, ter prazer em sua execução.

Neste sentido, o aluno tem a possibilidade de criar e administrar suas brincadeiras com autonomia como, por exemplo, nos contos, cantigas de rodas e brincadeiras que favorecem criar situações que trabalham os aspectos cognitivos, físicos, afetivos e sociais.

As brincadeiras auxiliam na aprendizagem e possibilitam o desenvolvimento integral através da exploração de jogos e brinquedos como, por exemplo: dominó, bonecos, bolinha de gude, danças, dramatizações, fantoches, leituras e músicas.

A manipulação de diferentes materiais, com texturas variadas, estimula a lidar com suas emoções e sentimentos, além de estimular os sentidos como a visão, o tato e a audição.

Faz-se necessário ressaltar que em todas as atividades, a criança só aprende se o que estiver fazendo for interessante e, ao mesmo tempo desafiador, caso contrário, será apenas uma atividade rotineira e mecânica. Nesse sentido, não haverá aprendizado significativo nem o brincar lúdico, segundo Gusso (2005).

Sabemos que este processo de adaptação de atividades e propostas pedagógicas propõe oportunizar equidade entre os pares diante de suas habilidades e especificidades. Contudo, ao longo de sua carreira acadêmica o professor precisa abarcar esta demanda levando em consideração a importância da flexibilização de ações direcionadas ao aprendizado do aluno.

Para garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, o professor precisa atender a todos os alunos com equidade, e para isso é necessário ter conhecimento sobre as bases legais que a regularizam. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), no Capítulo V da Educação Especial, traz as seguintes orientações: Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (Brasil, 1996).

Após análise do perfil do aluno e necessidades apontadas, o professor confecciona jogos concretos e dispõe de recursos para inserir na caixa e ser explorada em casa. Dentro dela, pode conter: livros de histórias, crachá personalizado do próprio nome, massinha de modelar, numerais e letras móveis, entre demais itens que possam subsidiar oportunidades contextualizadas com as práticas educativas de sala de aula, partindo da premissa maior da educação inclusiva que é a de eliminar as barreiras que dificultavam o acesso de todas as pessoas com deficiência à educação.

Segundo Rau (2020):

Quando brincam, os estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação aprendem a controlar os movimentos do seu corpo, pensamentos e desejos, ações em que a imaginação está presente, uma vez que estimula a criatividade, a coragem e a autoestima. Entende-se que a imitação de papéis possibilita a expressão espontânea ou intencional do que os educandos vivenciam no seu cotidiano, que, por vezes, difere do universo deles (Rau, 2020, p. 46).

Percebe-se assim que a ludicidade é um recurso pedagógico de bastante importância, contanto que seja executado como meio de socialização e estímulo, sempre direcionado através das intencionalidades pedagógicas do professor, direcionando a família na execução, fortalecendo vínculos neste processo e mantendo um diálogo constante.

Porém, cabe ressaltar que a prática da ludicidade fora do ambiente escolar tem seus percalços, como a falta de tempo e espaço físico da família, o engajamento dos mesmos diante de suas rotinas diárias e a insegurança na aplicação. Contudo, é importante oportunizar essa demanda a família, pois cada membro envolvido na formação do aluno tem seu papel de relevância para que as ações em comum sejam implementadas.

Para amenizar esse impacto, o diálogo com o responsável é essencial, visando conscientizar sobre a importância do uso dos materiais ofertados e instruções do devido uso dos recursos personalizados diante da observação da necessidade do aluno.

Por fim, percebe-se que a adaptação das propostas pedagógicas como metodologia de ensino, vem a contribuir com o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência, de forma a garantir um ensino de qualidade a todos, respeitando suas especificidades e potencializando suas habilidades que pretendem ser aprimoradas e enaltecidas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida teve como tema central a importância do lúdico na educação especial, partindo do pressuposto sobre a importância dos jogos e brincadeiras que evidenciam a sua função como estimulador e motivador do processo de aquisição de novos conhecimentos, proporcionando um ambiente favorável, atrativo e prazeroso para os alunos.

A participação da família neste processo de ensino e aprendizagem é de suma importância, valorizando as conquistas e acompanhando o desenvolvimento do aluno, fortalecendo o vínculo da tríade: escola-aluno-família.

Constatamos o quanto os jogos e brincadeiras são importantes para ajudar os alunos no processo ensino-aprendizagem e as contribuições das atividades lúdicas para o desenvolvimento emocional, motor e cognitivo dos alunos com deficiências, transtornos

globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação na educação, ou seja, do público-alvo da educação especial.

Dentre diversas metodologias ativas exemplificamos a “Caixa de Recursos Concretos” como artifício diferenciado, cujo intuito é dialogar com os conteúdos pedagógicos de sala de aula com o ambiente extraclasse, oportunizando assim equidade nas propostas educativas.

Por meio da pesquisa bibliográfica compreende-se que a inclusão deve ir além da proposta pedagógica e estar inserida nos espaços educacionais, por meio de uma educação de qualidade, visando o respeito à diversidade, a acessibilidade, respeitando as particularidades e potencialidade de cada aluno.

Dessa forma, para assegurar a inclusão e a garantia de direitos de aprendizagem é preciso incorporar a ludicidade nas atividades educacionais propostas, para que não aconteça discriminação e principalmente a exclusão em decorrência as características de cada aluno.

É preciso também que ocorra a valorização da ludicidade na educação para garantia do desenvolvimento integral do aluno em todas as suas vertentes, além de professores preparados por meio da formação continuada, ou seja, uma atualização e aprimoramento constante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular**: lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, capítulo V da educação especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf. Acesso em: 8 nov 2023.

BRASIL.CC. **Decreto nº 6.949, 25 de agosto de 2009**. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 06 nov.2023.

BRASIL. CC. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília: Casa Civil, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 06 nov.2023.

BRASIL. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados.

BRASIL. MDHC. **Estatísticas**: o Brasil tem cerca de 18,9 milhões de pessoas com deficiência. Publicado em 15/09/2023. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da

Cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/estatisticas>. Acesso em: 17 nov.2023.

BRASIL. MEC. **Política Nacional de Educação Especial da Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 08 nov.2023.

CHATEAU, J. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

SOUZA MASSA, M. Ludicidade: da Etimologia da Palavra à Complexidade do Conceito. **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [S. l.], v. 2, n. 15, 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/2460>. Acesso em: 8 nov. 2023.

GUSSO, S. de F. K.; SCHUARTZ, M. A. "A criança e o lúdico: a importância do "brincar". **Anais Educare-PUC**. 2005.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**. São Paulo: Perpectiva, 1993.

KUMON BRASIL. Ludopedagogia: conheça os benefícios e a importância dessa abordagem. *In: Kumon América do Sul Instituto de Educação*. São Paulo: Publicado em 30/11/2022. Disponível em: <https://www.kumon.com.br/blog/pre-escolares/ludopedagogia/#:~:text=A%20ludopedagogia%20%C3%A9%20um%20segmento%20da%20pedagogia%20dedicado,para%20prop%C3%B3sitos%20pedag%C3%B3gicos%20dentro%20das%20diretrizes%20educacionais%20vigentes>. Acesso em: 23 out. 2023.

NOGARO, A.; FINK, A. T.; PITON, M. R. G. Brincar: reflexões a partir da neurociência para a consolidação da prática lúdica na educação infantil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 66, p. 278-294, dez. 2015.

RAU, M. C. T. D. **Educação especial eu também quero brincar**. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2020.

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 5, n. 12, p. 1-13, 2010.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Ibplex, 2010.